

Ata da 1^a Reunião da atual composição da Comissão Permanente de Avaliação e Classificação de Documentos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (Portaria TRE-PI nº 336/2013)

Aos dez dias do mês de outubro de 2013, reuniu- se a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRE – PI, na sala de treinamento da COEDE, localizada no prédio anexo ao Edifício sede deste Tribunal, a qual contou com a presença dos Membros Efetivos ADRIANA BARBOSA DE ARAÚJO SILVA, FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA, JOVITA MARIA GOMES OLIVEIRA, LEONARDO SARAIVA E SILVA, PAULO GUTEMBERG DE CARVALHO SOUZA, TADEU ALMEIDA MARTINS E SYLVIA REGINA RIBEIRO DE ANDRADE, representando o servidor membro FRANCISCO XAVIER DA SILVA. Dado início a reunião, foi realizada a leitura da Pauta dos Trabalhos, constituída dos seguintes: 1. Nova composição da Comissão; 2. Nova Legislação atinente a Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral; 3. Necessidade de atualização do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade Documental do TRE-PI; 4. Necessidade de atualização e padronização do procedimento de descarte de documentos no TRE-PI; 5. Necessidade de distribuição equitativa dos Processos de Descarte de Documentos submetidos a apreciação e manifestação formal da CPAD entre os membros da Comissão. Foi informado pelo Servidor Marcelo Cassiano sobre as novas atribuições da CPAD prescritas na Resolução TSE nº 23.379/2012, que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental, o Sistema de Arquivos, o Fundo Histórico Arquivístico e o Comitê de Gestão Documental no âmbito da Justiça Eleitoral., evidenciando a desatualização e consequência falta de efetividade nas ações a cargo da Comissão. O servidor em questão relatou ainda sobre a falta de clareza e dificuldade na aplicação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade atualmente em vigor no Tribunal (Portaria TRE-PI nº 174/2009), bem como explanou ainda sobre a existência de dois procedimentos distintos para o descarte de documentos no TRE-PI, sendo um destinado às Zonas Eleitorais e outro para as unidades da Secretaria, oportunidade em que defendeu a padronização e uniformização dos procedimentos. O servidor em tela sugeriu que para fins de melhor adequação aos recentes normativos, maior publicidade dos instrumentos de gestão documental e maior celeridade e eficiência das ações, sejam as providências reunidas em um Manual de Gestão Documental, a ser laborado pela CPAD e submetido ao crivo da Administração Superior, com a urgência possível. O servidor concluiu sua intervenção lembrando sobre a necessidade de estabelecer um método para distribuição equitativa dos membros da Comissão nos Processos de Descarte submetidos a apreciação e manifestação formal da CPAD. O servidor Leonardo Saraiva lembrou sobre a existência de uma Comissão com atribuições para avaliar sobre a destinação final de documentos considerados históricos e sugeriu a verificação da vigência, atual situação desta Comissão e seu impacto face as atribuições da CPAD. O Servidor Paulo Gutemberg sugeriu que todos os Processos submetidos a apreciação da CPAD fossem analisados por toda a Comissão. Os servidores Tadeu Almeida, Adriana Araújo e Leonardo Saraiva externaram entendimento contrário no sentido de que a apreciação do Processo somente pelo Presidente e outro membro designado daria maior celeridade ao trabalho, opinião também compartilhada pelos servidores Marcelo Cassiano e Jovita Gomes. Desse modo decidiram os presentes pela utilização de uma escala de distribuição dos Processos de descarte aos integrantes da CPAD, a ser gerenciada pelo Presidente da Comissão. Foi discutida e destacada como consenso por todos os presentes a necessidade de se implementar estudo para atualização e melhorias no Código de Classificação e Tabela de Temporalidade

Documental, visando torná-lo mais abrangente, de melhor compreensão e efetivamente aplicável, como parte de um Manual de Gestão Documental que conterá ainda normas internas, procedimentos técnicos e boas práticas de gestão. O servidor Tadeu Martins sugeriu ainda a criação de uma pasta da Comissão na rede interna do Tribunal e a criação do e-mail da CPAD, iniciativa aprovada por todos os presentes. Nesse ponto, o servidor Marcelo Cassiano ressaltou a existência da CPAD como unidade cadastrada no PAD e no SADP. Ficou decidido ainda a marcação de 01(uma) reunião mensal da Comissão, com agendamento e comunicação aos demais membros a cargo do Presidente da CPAD. Por fim a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso e, não existindo mais manifestações, foi lavrada por mim, FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA – Arquivista do TRE-PI, a presente ata, assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Teresina – PI, 10 de outubro de 2013

Francisco Marcelo Cassiano da Silva
FRANCISCO MARCELO CASSIANO DA SILVA
Presidente da CPAD

Adriana Barbosa de Araújo Silva
ADRIANA BARBOSA DE ARAÚJO SILVA

Jovita Maria Gomes Oliveira
JOVITA MARIA GOMES OLIVEIRA

Leonardo Saraiva e Silva
LEONARDO SARAIVA E SILVA

Paulo Guteemberg de Carvalho Souza
PAULO GUTEMBERG DE CARVALHO SOUZA

Tadeu Almeida Martins
TADEU ALMEIDA MARTINS

p/ Sylvia Regina Reis de Andrade
FRANCISCO XAVIER DA SILVA